SALAH H. KHALED JR.
RICARDO JACOBSEN GLOECKNER

PROVA E VERDADE
NO PROCESSO PENAL

FUNDAMENTOS PARA UMA
EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL
VOLUME I

APRESENTAÇÃO DE **AURY LOPES JR**
PREFÁCIOS DE **LENIO LUIZ STRECK**
E **JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO**

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

CAPÍTULO UM – FUNDAMENTOS PARA UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL 1

CAPÍTULO DOIS – REVISITANDO A HISTÓRIA DOS SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS 43

2.1 O Sistema de ordálias: uma epistemologia irracional? 43

2.2 O direito comum e a formação do processo romano-canônico no medievo 52

2.2.1 O pluralismo do direito medieval 54

2.2.2 Primeiras notas sobre o direito processual penal na Idade Média 68

2.3 A formação canônica do procedimento inquisitorial no processo penal 80

2.3.1 A "Inquisição" Medieval: a contribuição canonista para o procedimento *per inquisitionem* 83

2.3.2 A ampliação do conceito de heresia e a criminalização da feitiçaria 98

2.4 A Inquisição Moderna: linhas gerais 104

2.5 A formação jurídica do procedimento inquisitorial no processo penal 116

2.5.1 Notas sobre o sistema acusatório e sua superação pela emergência do procedimento inquisitório 128

2.5.2 O absolutismo e a eliminação de alguns traços eclesiásticos do procedimento inquisitorial 141

2.6 O cavalo e a corda: tortura judiciária, economia da confissão e a invenção do imputado como fonte de prova 150

CAPÍTULO TRÊS – CONTORNOS PRELIMINARES DA COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER NO ÂMBITO DA(S) INQUISIÇÃO(ÕES) 161

3.1 Esboços preambulares da colonialidade do poder, do saber e do ser: Inquisição, objetificação e o renascimento europeu do poder punitivo 162

3.2 O *Directorium Inquisitorum* de Nicolau Eymerich 186

CAPÍTULO QUATRO – DEMONOLOGIA DE GÊNERO, FEITIÇARIA E COLONIZAÇÃO 201

4.1 A caça às bruxas e a sua dogmática: a demonologia e a seletividade do sistema 203

4.1.1 A caça às bruxas: uma análise feminista e crítica do fenômeno – em busca de uma compreensão multifacetada 205

4.1.2 A caça às bruxas e o seu saber: a demonologia e as práticas mágicas 218

4.1.3 O martelo das feiticeiras como programa criminalizante de gênero: uma abordagem criminológica e decolonial 225

CAPÍTULO CINCO – COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER: O LADO OCULTO E SOMBRIO DA MODERNIDADE – E OS SEUS EFEITOS NA MARGEM PERIFÉRICA 235

5.1 Modernidade / colonialidade e colonização 236

5.2 Colonialidade e inquisitorialismo no Brasil: um olhar retrospectivo e fragmentário 255

5.3 A reafirmação da colonialidade no Brasil Império 275

CAPÍTULO SEIS – A EPISTEMOLOGIA DO PONTO ZERO E AS SUAS IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS PENAIS 291

6.1 Do *ego conquiro* ao *ego cogito*: a epistemologia do ponto zero 292

6.2 O silenciamento do mundo e o assujeitamento das coisas 304

6.3 Solipsismo judicial e privilégio cognitivo do juiz 311

CAPÍTULO SETE – RELAÇÃO JURÍDICA E PRIVILÉGIO COGNITIVO DO JUIZ 325

7.1 O cenário republicano de reimaginação da colonialidade e a introdução do Código de Processo Penal de 1941 326

7.2 A relação jurídica como metateoria do privilégio cognitivo do juiz: concepção publicística, teoria geral do processo e instrumentalismo 336

7.2.1 A teoria da relação jurídica vista desde o espelho 353

7.2.1.1 O que vem antes da "ciência do direito processual"? As teorias contratualistas e quase-contratualistas do processo 359

7.2.1.2 Bülow e as bases jurídicas da teoria da relação jurídico-processual 364

7.2.1.3 A teoria da relação jurídica na doutrina processual penal italiana e a ciência processual do fascismo 374

7.2.1.4 A teoria da relação jurídica no Brasil 397

7.3 O conteúdo da relação jurídica: introdução 418

7.3.1 Direito público subjetivo de punir, ação e pretensão 427

CAPÍTULO OITO – O INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO NEGAÇÃO JURÍDICA DO PROJETO MODERNO / COLONIAL 439

8.1 A Constituição de 1988 e a refundação da República: uma rejeição explícita do projeto moderno / colonial 440

8.2 O instrumentalismo processual a serviço do autoritarismo 448

8.3 Processo Penal: um instrumento a serviço da ideologia da segurança nacional? 468

CAPÍTULO NOVE – A MUTAÇÃO DA TEORIA GERAL: DA TRILOGIA À PROVA, DA POLÍTICA À "EPISTEMOLOGIA" 523

9.1 O que a trilogia unificava: balanço de uma operação 524

9.2 O álibi acusatório: a separação de funções como ficção de cobertura 529

9.3 O esgotamento da trilogia e a sobrevivência da função 533

9.4 A hipótese: a nova teoria geral se ergue sobre a prova 537

9.5 A homologia estrutural: as mesmas quatro operações 543

9.6 Da segurança nacional à segurança epistêmica 548

9.7 Fechamento: a hipótese como programa 553

REFERÊNCIAS 557